

APRENDER AGORA PARA QUÊ?

A MULHER NEGRA NA EJA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

Janes Aparecida Xavier da Silva Neves
Universidade do Estado da Bahia

Adelice Pereira de Jesus
Universidade do Estado da Bahia

Jainara de Freitas Araújo Reis Gomes
Universidade do Estado da Bahia

Wiara de Freitas Araújo Reis Gomes
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente estudo trata-se de um artigo que buscou fazer uma análise sobre as mulheres negras egressas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), das turmas do primeiro segmento do Ensino Fundamental, na perspectiva de identificar os impactos e alcances desta modalidade de ensino para essas mulheres. A problemática da pesquisa inscreve-se em um contexto em que emergem iniciativas de políticas de educação, focalizadas para as mulheres negras na busca por valorização, reconhecimento e empoderamento. Como percurso metodológico, foram analisados documentos orientadores promotores de políticas de igualdade racial e também conteúdos respaldando-se teoricamente em LOURO (1997), SILVA (2005), ARROYO (2005), FREIRE (2002). O debate e a análise empreendidos neste estudo têm por finalidade reiterar a urgente e necessária superação de uma educação que pouco valoriza a mulher negra inserida em uma sociedade machista, racista, sexista e misógina, que emprega à mulher um papel secundário.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Mulheres negras. Valorização.

Introdução

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) busca a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou não puderam concluir o ensino fundamental e médio na idade apropriada. A EJA deve ser vista como um espaço que tenha por objetivo criar meios para levar conhecimentos intelectuais e sociais aos alunos adultos que tiveram esse direito negado na infância.

A presente pesquisa visa analisar a trajetória das mulheres negras na EJA e verificar se essa modalidade de ensino tem contribuído para a formação da identidade da mulher negra, sua valorização, seu reconhecimento e empoderamento.

O trabalho justifica-se pelo fato da importância de trazer ao debate as relações existentes nos espaços educativos, principalmente na EJA, por ser um ambiente o qual recebe

peças que, em sua maioria, vivem à margem dos direitos sociais. Desta forma, esse artigo buscou contextualizar a Educação de Jovens e Adultos e suas alunas negras. As análises feitas por meio deste estudo mostram as estreitas relações entre exclusão social e o fracasso social. As mulheres negras e pobres passam muitas vezes, em toda a sua trajetória de vida, por uma grande discriminação, que se torna um forte elemento do fracasso escolar.

Nesse sentido, muitas mulheres enxergam na EJA um caminho, uma possibilidade de mudança e de pertencimento à sociedade. Muitas dessas mulheres que estão na EJA comungam do mesmo sonho, se alfabetizarem para terem alguma mudança de vida.

Ressalta-se que a EJA é um território onde pode acontecer o fortalecimento das relações sociais, o sentimento de pertencimento e de importância na sociedade. As mulheres negras que estão nessa modalidade de ensino estão, em sua maioria, inseridas em uma sociedade preconceituosa, machista, sexista e misógina. Muitas buscam por meio da educação o fortalecimento da luta pela igualdade de direitos, respeito e reconhecimento.

Enfim, espera-se que as reflexões expostas nessa pesquisa possam trazer uma ressignificação às práticas pedagógicas, tendo em vista um novo olhar para a mulher negra na EJA.

Referencial Teórico

Nossa sociedade ainda nos dias de hoje define os lugares ocupados por gênero e por raça. De fato, é acentuada a diferença entre as oportunidades oferecidas ao homem e à mulher. Historicamente, as mulheres vivem situações marcadas por violência e opressão, situações de rejeição e submissão, situação que se agrava sendo uma mulher negra. Ao observarmos nossa história, é comum depararmos com situações em que as mulheres são vistas como objetos ou como mera força de trabalho doméstico.

Anos se passaram de muitas lutas e, ainda hoje, são muito comuns situações de falta de respeito pelos direitos das mulheres. Relatos de violência, de desrespeito e altos índices de feminicídio são corriqueiros no país.

Um fator agravante da discriminação refere-se à raça, essa juntamente com as questões de gênero e escolaridade. Temos uma cultura que prioriza pessoas heterossexuais, brancas e cristãs, ideia que tem ganhado mais força nos últimos anos no Brasil. Sendo mulher e negra, ocorre a interseccionalidade, ou seja, a junção de dois fatores que geram uma grande discriminação.

Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, que recebem os menores rendimentos, que mais sofrem com o desemprego e as relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social tanto presente quanto futura) e que ocupam as posições de menor prestígio na hierarquia profissional (BRASIL, 2008, p. 33).

Essas mulheres que sofrem diariamente com a falta de oportunidade, reconhecimento e valorização são as mesmas mulheres que ocupam os bancos da EJA, sujeitos que na maioria das vezes tiveram seus direitos negados e foram excluídos da sociedade. Sobre isso, Arroyo afirma:

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizonte. Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nosso discurso como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis... Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação. Podemos mudar os nomes, mas sua condição humana, suas possibilidades de desenvolvimento humano, entretanto, continuaram as mesmas ou piores. Não aumentou apenas o número de analfabetos, mas de excluídos (ARROYO, 2005, p. 223).

As alunas da EJA trazem consigo marcas de imposições sofridas ao longo dos tempos delimitadas pelo sexo, dentro de uma cultura de segregação de mulheres.

Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: Aprender para quê? Quais são os sentidos e significados da mulher negra na EJA?

Sempre atenta ao processo educativo, a escola é o ambiente mais propício para a formação de uma consciência crítica. Mais do que conteúdo, a escola proporciona novos meios de ver o mundo, novas maneiras de se enxergar, ocasionando a construção de conhecimentos que levem os sujeitos a interagir no meio social dando condições de mudança para transformação da realidade. A educação é um ato emancipatório, um ato que leva os envolvidos a uma postura crítica, principalmente diante de situações que lhes tiram seus direitos e oportunidades. No entanto, esse direito à educação, por muito tempo, foi negado às mulheres.

As mulheres negras enxergam na EJA uma oportunidade de lutar contra um sistema que sempre fez questão de fracassá-las. Aprender nesse momento de suas vidas é um ato de

emancipação, de empoderamento feminino, é a maneira mais forte de ir contra uma sociedade que subjuga, que sempre lhe emprega papéis secundários, que sempre coloca como obrigação somente o cuidado da casa, dos filhos e a submissão ao marido. São inúmeros os mecanismos de opressão que se juntam, contribuindo ainda mais com a objetificação da mulher negra. Nessa perspectiva, Bell Hooks (1995) diz:

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de perpetuação da representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina “natural”, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva (HOOKS, 1995, p. 468).

Desta forma, assumir-se negro no Brasil não é apenas uma questão de pertencimento a um grupo social. É colocar-se frente a um processo de exclusão e lutar dia a dia por reconhecimento, por visibilidade, respeito e valorização. É um processo difícil e desgastante. Sobre isso, Nilma Lino Gomes (2003) afirma que “[...] construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros” (GOMES, 2003, p. 171).

Desta forma, pesquisar sobre a mulher negra na EJA torna-se de extrema importância, pois assim será possível compreender a contribuição dessa modalidade de ensino para a formação da identidade das mulheres negras. Essas mulheres trazem consigo marcas que não podem ser esquecidas de uma sociedade excludente que interferiu e interfere no processo de aprendizagem dessas mulheres. Essa mesma sociedade se estruturou em uma organização pautada no machismo e no patriarcalismo. De acordo com Louro (1994),

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender- e justificar- a desigualdade social (LOURO, 1994, p. 20-21).

Diante do exposto, busca-se analisar a EJA como uma política de ação afirmativa que pode desempenhar um papel emancipador frente a essas mulheres. Sobre isso, Arroyo (2017, p. 37) esclarece que:

Cresce a consciência entre os educadores/as de que não há como construir um projeto de educação nem atuar com seus/suas docentes/educadores/as sem ter uma compreensão aprofundada, pedagógica dessas estreitas relações entre as vivências de classe, do trabalho, do espaço e a construção de autoidentidades. Uma das funções de toda a docência é trabalhar essas autoimagens pessoais e coletivas de classe, raça. Valorizar as resistências e os esforços por construir imagens positivas em outro projeto de cidade, de campo. De sociedade. Em outro projeto de escola e de EJA, que assuma as radicalidades humanas que os educandos conferem a seus itinerários pela educação, pelo direito a uma vida justa.

As políticas de ações afirmativas surgem como uma maneira de reparar as situações de discriminação de desigualdades para os grupos considerados minorias em nossa sociedade. Essas políticas devem buscar sanar os geradores da discriminação de gênero, raça, classe social, dentre outros, ou seja, devem fortalecer a luta das mulheres. Janira Camargo coloca que:

[...] a EJA precisa ser compreendida também, como uma possibilidade de cidadania, garantindo que a equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas. Dessa maneira, para além da função reparadora e equalizadora, busca também sua função qualificadora como permanente ao propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Por isso, a EJA assume papel fundamental na medida em que ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para a diversidade. A diversidade se refere a várias áreas do conhecimento [...]. A diversidade de gênero é uma delas (CAMARGO, 2012, p. 157).

A Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada como uma modalidade que recebe a diversidade, que deve buscar trabalhar as especificidades dos seus estudantes e os seus direitos na diferença.

É necessário rever nossos currículos, rever nossas metodologias e nossa forma de ensinar. Não se pode esquecer que a maioria das nossas escolas ainda carrega o legado de um ensino excludente, voltado para a formação de massa para o mercado de trabalho. As escolas sempre foram lugares para a minoria privilegiada. Quando as classes menos favorecidas alcançaram a oportunidade de entrar nos ambientes escolares, ela já não tinha mais a mesma qualidade como antes.

Ao analisar os livros didáticos, é comum a visão do negro minimizada, tudo isso como consequência de uma influência eurocêntrica, na qual as matrizes africanas são diminuídas e subalternizadas. De acordo com Silva (2005),

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de autorrejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial (SILVA, 2005, p. 25).

Diante de tal situação, é urgente repensar a educação oferecida a essas mulheres negras que participam da educação de jovens e adultos. Segundo Schiff (1993), sendo o ser humano um ser social por excelência, podendo, portanto, agir sobre a sua própria história, a mudança social é possível e passaria por uma mudança na escola. Não é possível adotar um discurso de impossibilidade de mudança. Para Freire (2003), utopia e esperança são indissociáveis e se ancoram na compreensão crítica da realidade, e isso movimenta a ação transformadora.

É urgente a emancipação das mulheres negras que passam pelos bancos das escolas. Além de ampliar o capital cultural dessas mulheres, a EJA amplia também o capital social. É um caminho que abre portas que normalmente estão fechadas para essa parcela da população. Nesse sentido, é preciso pensar uma EJA na perspectiva freiriana, ou seja, uma educação de tomada de consciência e de emancipação.

[...] ao longo de sua trajetória, Freire mostrou que os educadores de alunos jovens e adultos devem, além de seu papel político de ajudar a desvelar o mundo, a fazer uma leitura crítica da realidade e a buscar elementos necessários à intervenção na sociedade, proporcionar aos educandos os saberes necessários à leitura e escrita da palavra e a sua consequente apropriação como instrumento desencadeador de novos conhecimentos que possibilitem formas competentes de atuação nos contextos em que estão inseridos (MOURA, 2004, p. 76).

O conhecimento ensinado na escola pode mudar a vida daqueles que, historicamente, estão à margem do poder socialmente estabelecido. Buscando oportunidades de integração e ascensão social, pessoas de grupos sociais silenciosos e marginalizados se aproximam do universo educacional formal, muitas vezes como uma oportunidade de mobilidade social. No entanto, essa abordagem nem sempre é integrativa e harmoniosa (HALL, 2002).

Segundo Passos (2005), a escola reflete o modelo social do qual faz parte. Assim, também está presente nas práticas das desigualdades sociais, raciais, culturais e de gênero às quais certos grupos da sociedade brasileira continuam sujeitos.

Nesse sentido, a escola em sua forma atual pode servir a diversos propósitos, como a transformação e emancipação das disciplinas. Ao mesmo tempo, também serve para manter a ordem social atual. Como instituição responsável pela formação integral do indivíduo, apresenta aspectos contraditórios. De acordo com Freire (1987), a escola apresenta dois conceitos distintos de educação - ao adotar o conceito de banco, estimula a contradição porque deposita e transmite conhecimentos sem pensar na superação de problemas que afetam o indivíduo.

Essa visão simplificada e limitada às vezes legítima e incentiva o aluno a repetir ou interromper o estudo. Na busca pelo acesso à educação para garantir o acesso ao mercado de trabalho e à cidadania, as mulheres negras que ocupam economicamente a base da pirâmide social recorrem à EJA para redefinir e ampliar suas oportunidades, visto que a discriminação racial e de gênero podem ter efeitos entrelaçados, embora variados, favorecendo diferentes experiências nas condições de classe (neste caso, em contexto de pobreza), influenciando seus fatores preditivos e, portanto, influenciando as estratégias de superação. Nesse sentido, são as mulheres negras que vivenciam essas duas experiências, sempre consideradas residentes permanentes da base da classe social (SILVA, 2011).

No que diz respeito ao seu papel na vida das mulheres negras, a escola desempenha um papel importante na formação da identidade cultural, étnica, política e social. Nessa perspectiva, a adesão à EJA pode significar um passo importante para elas na busca por uma melhor inserção profissional, bem como no desenvolvimento de uma identidade positiva de gênero e raça, o que é importante para o conhecimento de seus direitos civis (SILVA, 2011).

Portanto, a análise desses fatores contribui sobremaneira para a compreensão da posterior retomada dos estudos com o início da Educação de Jovens e Adultos. Isso porque a EJA se apresenta como uma das poucas opções de conclusão do ensino fundamental na idade adulta para pessoas em classes populares (SILVA, 2011).

O processo de escolarização das mulheres negras no Brasil ainda ocorre com a necessidade de enfrentamento de inúmeras barreiras para permanecer e concluir seus estudos. Muitas não se sentem representadas na escola e veem sua cultura e saberes desvalorizados, o que fragiliza o seu processo de escolarização. Para Louro (1997), “[...] currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são,

seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (p. 64).

A trajetória escolar de muitas mulheres negras é, em sua maioria, marcada por descontinuidades, evasão e retenções, gerando assim resultados negativos no alcance de uma escolarização de qualidade. A falta de representatividade também é um fator preponderante para o desinteresse e fracasso escolar. Para Carvalho (2003):

A ausência de professores negros faz incidir sobre os alunos negros, pobres e ainda 44 sobre onerados financeiramente, uma tripla discriminação: a injustiça simbólica de carecer de figuras modelares de identificação que os ajudem a construir uma autoimagem positiva e suficientemente forte para resistir aos embates do meio acadêmico racista em que têm que se mover (p. 165).

É necessária uma mudança para dar maior visibilidade e oportunidade de participação da mulher negra nos ambientes escolares e, fora deles, a criação de mais políticas públicas para a redução da desigualdade e o favorecimento da equidade.

Corroborando com isso, para Gomes (2010), é preciso:

[...] realizar uma revisão de posturas, valores, conhecimentos, currículos na perspectiva da diversidade étnico-racial. Nos dias atuais, a superação da situação de subalternização dos saberes produzidos pela comunidade negra, à presença dos estereótipos raciais nos manuais didáticos, e a estigmatização do negro, os apelidos pejorativos e a versão pedagógica do mito da democracia racial (igualdade que apaga as diferenças) precisam e devem ser superadas no ambiente escolar (p. 104).

Apesar de, atualmente, o país atravessar um grande retrocesso em termos de políticas de equiparação e de igualdade de direitos, Ângela Davis (2018) direciona o olhar ao amadurecimento:

Eu diria que, à medida que amadurecem, nossas lutas produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na busca pela liberdade. Como Nelson Mandela, devemos ter disposição para abraçar uma longa jornada rumo à liberdade (DAVIS, 2018, p. 27).

É preciso fazer dos bancos da EJA local de emancipação das mulheres negras. É necessário reconfigurar a escola pública para que a mesma esteja a serviço dessa educação transformadora. Segundo Gadotti (2007):

Nenhum país do mundo se desenvolveu sem uma boa escola pública. Nenhuma sociedade se desenvolveu sem incorporar a maioria dos seus cidadãos ao bem viver. A escola pública do futuro, numa visão cidadã freireana, tem por objetivo oferecer possibilidades concretas de libertação para todos (p. 40).

Essa possibilidade de libertação é de suma urgência para dar uma maior mobilidade social às mulheres negras, tentando dessa forma reparar anos de retiradas de direitos, de discriminação, de segregação e de negação. O êxito na trajetória escolar na vida das mulheres negras pode ser determinante para o rompimento de um ciclo vicioso que inferioriza e desqualifica esses sujeitos.

Considerações Finais

As jovens negras enfrentam condições de vida muito desfavoráveis em termos de gênero e raça, condições socioeconômicas e, portanto, problemas educacionais e de trabalho. A trajetória escolar das jovens negras muitas vezes é interrompida, e elas têm dificuldades para concluir os estudos no retorno à escola. A baixa frequência torna-se constante, pois eles têm que dividir o tempo entre o trabalho e o cuidado da família. A discriminação persiste no tratamento das jovens negras no espaço educacional e nas escassas ofertas de emprego. As desigualdades são confirmadas quando os termos socioeconômicos de gênero e raça se destacam.

O processo escolar é requisito básico para o ingresso de jovens negras nos diversos espaços sociais. É imprescindível que o poder público ofereça educação de qualidade aos jovens, além das diferenças de classe, etnia e gênero na EJA.

A dificuldade de acesso e permanência na EJA exige um maior envolvimento de todos os atores escolares e, sobretudo, das políticas de educação que devem priorizar as camadas populares da sociedade para reverter a realidade que, historicamente, vem sendo criada pela negação do acesso à educação por bens tangíveis e culturais. Proporcionar uma democracia escolar de alta qualidade para todos os jovens e adultos é um passo importante para um direito efetivo ao exercício da cidadania.

É importante compreender a escolarização como uma parte de extrema importância na vida das mulheres negras. Segundo Silva (2005), a desconstrução da ideologia racista que desumaniza e desqualifica as pessoas negras pode contribuir para o processo de reconstrução

da identidade étnico-racial e da autoestima dos/as afrodescendentes, passo fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Como afirma Arroyo (2012, p. 233), “As resistências à opressão e as lutas pela libertação são múltiplas e se reforçam, porque há consciência de que os processos históricos de opressão são múltiplos e se reforçam”. Para tanto, a função central da educação é provocar a transformação nas estruturas sociais, e a EJA vem para representar uma ruptura no “histórico padrão segregador de conhecimentos” como promotora de possibilidades aos cidadãos anteriormente excluídos e inativos, segregados como estagnados em meio à sociedade que busca indivíduos evoluídos, promovendo, a partir disso, a inclusão efetiva desses sujeitos dentro do exercício da cidadania, enfrentando a desigualdade que os reprimem e transformação de sua realidade a partir de uma educação emancipadora.

Referências

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, L.; GIONAVETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Desafios da educação de jovens e adultos no Brasil**. Brasília: MEC, 2008.

CAMARGO, J. S. Mulheres nos documentos da educação de jovens e adultos e adultas. **Ártemis**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p.155-163, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/14298/8173>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARVALHO, J. J. de; SEGATO, R. **Cotas para estudantes negros no Brasil**. Site Fórum de Antropologia do/no Brasil. 2002. Disponível em: <<http://listhost.uchicago.edu/mailman/listinfo/ant-br>>

CARVALHO, J. J. de. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. *In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2003.

COLLINS, P. H. A construção social ok Pensamento Feminista Negro. *In: JSTOR. Áreas comuns e encruzilhadas: raça, etnia e classe na vida das mulheres*. 4. ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 1989.

DAVIS, A. **An Autobiography**. New York: Randon House, 1988.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. **A liberdade é uma luta constante**. Org. Frank Barat. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

GOMES, N. L. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>

GADOTTI, M. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil. 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. *In: Projeto História*, 11. São Paulo: EDU/PUC-SP, 1994, p. 31 - 46. 1994.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOURA, T. M. M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: uma contribuição de Paulo Freire, Emilia Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

PASSOS, J. C. As práticas educativas do movimento negro e a educação de jovens e adultos. *In: AUTOR/AUTORA. Construção coletiva*: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

SCHIFF, M. **A Inteligência Desperdiçada**: Desigualdade Social, Justiça Escolar. Trad. Walkiria Settineri- Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1993.

SILVA, G.; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de acesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. *In: ROMÃO, J. (Org). A história da educação do negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. *In: (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, T. **Documento de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Janes Aparecida Xavier da Silva Neves

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII/Guanambi. Atua como professora da Educação Básica/Ensino Fundamental I na Escola Municipal Professora Enedina Costa de Macêdo na cidade de Guanambi - BA. Integrante do

grupo de estudos Políticas Educacionais na Formação de Professores da Universidade Federal Fronteira Sul. E-mail: janesgbi@hotmail.com

Adelice Pereira de Jesus

Mestra do programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) -Campus VI/ Caetité. Professora da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II, da rede municipal de Palmas de Monte Alto –Ba. Integrante do grupo de Pesquisa: Ensino Discurso e Sociedade (DisSE/CNPq). E-mail: minga27@hotmail.com

Jainara de Freitas Araújo Reis Gomes

Licenciada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-Campus XII/Guanambi e em Biologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Atua como professora da Educação Básica/Ensino Médio do Colégio Estadual Petronílio da Silva Prado em Pindaí-Ba. E-mail: jainarareis@yahoo.com.br

Wlara de Freitas Araújo Reis Gomes

Mestranda do programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade - PPGELS pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus VI/ Caetité. Graduada em Letras Inglês pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professora do Ensino Fundamental II, da rede Municipal de Guanambi – Ba. E-mail: wiarapindai@yahoo.com.br